ESCOLA E SOCIEDADE: GESTÃO ESCOLAR COMO ELEMENTO AGREGADOR VALORATIVO DAS POTENCIALIDADES DO SUJEITO

LUIS RICARDO SOUZA DE MELO

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo lançar luz a inquietações que nasceram desde o primeiro momento em nos matriculamos no curso. Entendemos que a pedagogia representa um ramo dos estudos que tem como fulcro desenvolver as potencialidades humanas. Para alcançarmos êxito em nosso trabalho fizemos uma pesquisa em diversas áreas para que com uma visão multifacetada pudéssemos refletir em diversos ângulos afinando a percepção e ampliando o lócus investigativo. Definimos como meta analisar a relação entre gestão e comunidade bem como o desenvolvimento do aprendizado por meio de estudos aplicados, entretanto não nos limitamos em fechar o campo em torno de análises de obras, mas da representação que as manifestações artísticas podem trazer para o desenvolvimento do sujeito.

Palavras-chave: Gestão; Pedagogia; Sociedade; Educação; Família.

Abstract: This article aims to shed light on concerns that were born from the first moment we enrolled in the course. We understand that pedagogy represents a branch of studies whose focus is to develop human capacities. To achieve success in our work, we made research in different areas so that with a multifaceted vision we could reflect from different angles, fine-tuning perception and expanding the investigative locus. We set the goal of analyzing the relationship between management and community as well as the development of learning through applied studies, however we do not we limit ourselves to closing the field around analyzes of works, but the representation that artistic manifestations can bring to the development of the subject.

Keywords: Management; Pedagogy; Society. Education; Family.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca com base nas concepções pedagógicas desenvolver um pensamento crítico com relação aos desafios que carecem superação, pois para que haja condições favoráveis à uma boa interação, tendo como foco a Escola e sua relação com os Pais antes de tudo devemos nos posicionar sobre ambas as instituições observadas por meio do método qualitativo de maneira crítica e reflexiva a instituição familiar e as transformações pelas quais passou durante toda sua trajetória, desde os primórdios até os tempos atuais, abordando quais suas atribuições enquanto instituição social, transformadora e de competências referentes ao desenvolvimento do sujeito.

Vivemos em uma sociedade onde o ritmo da mudança social é mais rápido e mais intenso do que em qualquer outro momento de nossa história; é a sociedade da mudança geracional que faz de nós testemunhas e protagonistas de um mundo que muda continuamente ao longo de nossas vidas e nos obriga a adaptar a muitas situações em todo este.

O século XX foi aberto ao público como o novo cenário de possibilidades e realidades dotadas de novas tecnologias que começou a transformar as vidas em particular, e toda a população em geral. Se em épocas anteriores as revoluções ligadas à transformação dos meios de produção e formas de organização do trabalho assumiram a aparência de um novo cenário social, a revolução tecnológica, centrada em torno de tecnologias de informações, abrindo um novo contexto, o da sociedade do conhecimento e da informação, eles são por vezes usados como sinônimos, a sociedade em rede onde um número importante de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas se juntam. A sociedade na qual o conhecimento se torna uma fonte de riqueza.

Família e Escola representam um referencial indispensável para a incorporação de um novo ser humano à sociedade, no entanto, este quadro está à mercê das vicissitudes impostas pelas diversas transformações que ambas as instituições devem assumir se quiserem responder à sua tarefa educativa e socializadora.

As mudanças da sociedade atual são rápidas e profundas, os sujeitos não estão preparados para se adaptar a eles nos vários níveis: biológico, psicológico e social. A complexidade crescente que o caracteriza exige uma nova visão educacional da família e da escola, o que exige o compromisso de trabalhar juntos em um projeto comum.

A escola que buscamos fundamenta-se no protagonismo dos pais em conjunto à instituição escolar, fazendo com que as crianças sejam beneficiadas e que não se fomente as separações típicas de um tradicionalismo catedrático e castrador. As perspectivas de educação nessa relação devem atuar no intento de desconstruir paradigmas, o enfoque da individualidade enquanto principal elemento agregador dentro do casulo familiar deve ser visto de forma crítica pela escola, pois muito mais que difundir saberes, ela se centra na elaboração de planos que definam

o sujeito como ser atuante na sociedade, isso nos leva a perceber o agente socializador intrínseco na ação educacional institucionalizada. Uma maneira de superar essa dificuldade é criar um ambiente aberto de comunicação em que problemas, preocupações, medos são expressos – medos e inseguranças e necessidades mútuas de ajuda e colaboração, numa perspectiva de gestão participativa e democrática.

2. DESENVOLVIMENTO

EMANCIPAÇÃO E PROTAGONISMO NA GESTÃO ESCOLAR

Talvez nunca tenhamos tipo a oportunidade de perceber a função da escola de modo tão democrático como vivenciamos hoje, essa conquista em construção demonstra preocupação com a sociedade em formação. A educação nessa perspectiva adota meios de comprometimento que versam com a necessidade de se edificar a malha social e diminuir as distâncias entre a escola e a comunidade.

A equipe pedagógica, professores, alunos, pais, órgãos colegiados e funcionários devem participar ativamente da elaboração dos projetos voltados para a melhoria da escola, isso fomenta o fortalecimento ao acesso e ao conhecimento. Nesse sentido a Gestão Democrática deverá atuar no interior das unidades de ensino, nos quais servirão como espaços vitais de participação e de circulação de ideias, atuando como força centrípeta no que tange acolher as demandas e transformá-las em oportunidades e posteriormente força centrífuga ao lançar de volta a comunidade toda a criticidade e autorreconhecimento das condições de vida dos sujeitos.

"Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

– participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

– participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público." (BRASIL, 1996).

Para que se sintam pertencentes, os pais devem se envolver no processo de aprendizagem e desempenho dos alunos, que são do mesmo modo acolhidos pela escola para que possam atribuir juízos de valor nas diversas decisões da instituição, ao Projeto Político Pedagógico, assim como na elaboração, avaliação, construção e administração de destinos aos recursos financeiros. Eventos proporcionados pela escola também podem ser um meio colaborativo de convívio no espaço escolar, a educação transcende o tradicionalismo castrador que estanca as relações sociais, ela determina por intermédio de ações de caráter construtivo o compromisso com a formação cidadã.

Sendo a escola o estabelecimento que representa o ponto de encontro de vários profissionais que por se doarem podem ser reconhecidos enquanto envolvidos em ações educativas, ao gestor escolar incumbe integrar o saber ao fazer, para que desse modo possa criar cada vez mais espaços coletivos, bem como, solidários, o que possibilita um maior entrosamento entre as instâncias participarias – as pessoas e as amplas áreas de ensino.

Este processo educacional nunca é definitivo, é sempre inacabado, pois o mundo se doa e se transforma, os próprios sujeitos, no processo de construção do conhecimento e transformação do mundo, são transformados, assim como suas questões e anseios.

2.1AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR EM PROL DA EDUCAÇÃO

A ação educativa emancipatória que constitui um verdadeiro processo de aprendizagem aos participantes, que em si é um processo educacional e de desenvolvimento pessoal, oferece o fortalecimento de espaços de tomadas de decisões como princípio fundamental para o desenvolvimento da pessoa. O trabalho em equipe projeta, forma, oportuniza, facilita, acompanha e aconselha os princípios pedagógicos e um paradigma crítico da educação, para o desenvolvimento da práxis socioeducativa que pode ser um indício de mudanças a partir da sala de aula como resultado de participação em outros espaços de decisão.

Na família nuclear moderna, havia uma grande ênfase na diferença entre ensino praticado na escola e a criação de filhos no âmbito privado do lar. Era esperado que os professores ensinassem, mas não agissem como pais, e que os pais criarão seus filhos, mas não os ensinarão. Acreditava-se que se o professor ou o pai tentarem cumprir ambos os papéis, eles só confundiriam a criança. Assim, existiram organizações de pais e professores, mas na maioria das vezes eles cumpriam funções sociais e não tinham qualquer intenção de envolver os pais na conduta da escola.

"A sociedade moderna entra em crise por uma carência da razão, usando segundo o paradigma iluminista, que não é mais capaz de dar conta de todos os fatores da realidade, de orientar suas conquistas para responder às exigências humanas. Com efeito, a ra-

zão não mais compara seus produtos com as exigências elementares do ser humano, com as exigências de liberdade, justiça, verdade, felicidade, e sim com as exigências do mercado, isto é, do lucro e do poder." (PETRINI 2005, p. 23)

Neste momento houve também uma diferença marcante entre o que os pais deveriam infundir aos seus filhos e o que os professores devem incutir. Esperava-se que os primeiros fossem capazes de ensinar-lhes boas maneiras, moralidade e respeito pelos adultos. E professores, enquanto isso, eram responsáveis por ensiná-los a ler, escrever e fazer operações aritméticas, bem como fornecer-lhes o conhecimento, os valores e as habilidades que precisariam no local de trabalho. Consequentemente, a escola nuclear moderna era, tanto material como psicologicamente um mundo à parte à vida doméstica das crianças. Acreditava-se que uma clara separação entre vida escolar e vida doméstica foi o mais saudável e propício para os pais, assim como para uma institucionalização educacional mais eficaz.

Este cenário gera a necessidade de estudar e analisar as possíveis consequências que podem provocar na sociedade e nos demais agentes educacionais que se reúnem na mesma função; educar de uma perspectiva harmônica os cidadãos que compõem a nossa sociedade, favorecendo a realização de sujeitos autônomos e responsáveis por suas ações.

É neste momento, quando podemos falar sobre o papel da escola. As escolas parecem estar vivendo uma realidade desconexa, seu espaço é diverso e heterogêneo, uma vez que apresenta realidades divergentes. Não podemos esquecer que família e escola são os dois grandes agentes que influenciam o desenvolvimento de crianças. Portanto, se ambos não agirem de maneira coordenada em relação a uma série de metas e expectativas a serem marcadas, a evolução das crianças será limitada.

O desenvolvimento das crianças de menor idade é influenciado por contextos que estão conectados uns aos outros, sob a forma de uma rede. É claro que alguns dos contextos que estão dentro dessa rede, estão mais distantes, mas não há dúvida de que o contexto familiar e a escola estão próximo da criança e entre os mesmos (entre família e escola), constituindo cenários essenciais para o desenvolvimento na infância. Certo é, que a não uniformidade entre ambas as instituições, no que diz respeito às obrigações e experiências que eles trazem para as crianças, é um elemento positivo para eles, pois isso afeta a aquisição de uma série de competências, que favorecem desenvolvimento responsável e autônomo das crianças mais novas ao longo de seu processo educacional.

Portanto, esse contraste entre duas instituições pode ser entendido como a busca de equilíbrio, já que a criança está recebendo demandas diferentes, mas complementares, positivamente influenciando-o como pessoa – pois favorece um desenvolvimento harmonioso. Agora é conveniente falar da outra vertente, ou seja, é decidir essa descontinuidade entre a escola e a família, que ao de fazer pode-se tornar um fator negativo, pois tende a levar a experiências e valores que em ambos os agentes ao de reproduzirem, se distanciam e causam contradições e controvérsias.

É essencial que os diferentes ambientes que envolvem e influenciam o desenvolvimento das crianças sejam os mais reais possíveis, para que eles se pareçam com o que as crianças vão encontrar na vida real. Para isso, é necessário complementaridade entre a família e a escola, na medida em que o que eles transmitem é um aspecto que se deve ter presente.

2.2 DISCUSSÃO

As transformações pelas quais passamos, resultantes das modernizações científicas e tecnológicas, colocam as instituições sociais na condição de refém, onde a libertação do cativeiro representa acompanhar e se adaptar as mudanças em curso. A organização e administração do cotidiano pedagógico é incumbência do gestor, ele quem deverá articular os processos formativos da unidade em harmonia com a realidade vivida pelos frequentadores da escola, bem como do entorno dela, faz-se assim imprescindível ao profissional gestor de escola, não apenas o domínio técnico das rotinas administrativas, mas deve ser ele capaz de estabelecer um bom diálogo com os agentes profissionais em educação lançando à comunidade um olhar crítico, percebendo a realidade social vivida nos mais diversos contextos e enxergar as inovações inerentes as necessidades escolares, atuando de modo formativo nos processos pedagógicos.

Acompanhar as mudanças na sociedade e na escola fazem parte da composição da postura do gestor escolar, o que leva a desafios, uma vez que introduzir alterações ou reparações no papel desenvolvido pelo gestor não é tarefa simples, pois em vários momentos se vê em dificuldades tais como, a resistência dos professores acorrentados a métodos tradicionais e burocratizados da escola. Segundo MOTTA, 2004 "Determinado tipo de organização burocrática – as escolas – é o aparelho ideológico por excelência da sociedade moderna". Assim sendo, analisar a formação do gestor consiste revelar a carência de reflexões que sejam responsáveis por buscar contribuições responsáveis para o êxito de condutas que estimulem o desenvolvimento humano, no que diz respeito ao acesso a bens culturais, novas tecnologias e qualidade de vida, assim resultando numa

aprendizagem que produza significado.

Para Alonso (2007) "As organizações precisam adequar-se ao contexto sociopolítico e às exigências de sua época, a sua existência só tem sentido quando cumpre sua função social", assim a escola não representa apenas um agente que é responsável por transmitir conhecimento, mesmo porque este se constrói também em sociedade, por meio das diversas interações sociais cotidianas, cabe sim a escola proporcionar multifaces construindo um panorama amplo respeitando a diversidade econômica, cultural e social.

BEISIEGEL (1988, p.21), afirma que "uma escola que corresponda aos interesses populares não será, nunca uma escola que se limite a ensinar leitura, escrita, cálculo e outras noções elementares." Assim podemos entender que as demandas da nova escola – ou do que se espera por educação que privilegie as diferenças – não pode estar atrelada a modelos engessados, deve ela ir além das respostas prontas ofertadas por parcelas elitizadas da sociedade, que não levam em consideração as diferentes realidades vividas.

A contextualização do cotidiano escolar pautado na preocupação em se compreender a lógica do espaço onde a escola está inserida requer atenção e zelo, o olhar do gestor deve ser lançado de forma holística, tendo em vista a compreensão do todo.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu Artigo 206, indica como princípio da educação deve ser pensada, o que dentre outras aponta para a gestão democrática em todas as escolas públicas em nível nacional:

"O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma

da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

- garantia de padrão de qualidade;

- piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal." (CF/88, Artigo 206)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/96 (LDB/96) corrobora este preceito, entretanto responsabiliza os sistemas de ensino estaduais no que se refere a criar e legislar o modo de participação na gestão escolar por parte da comunidade, estabelecendo a participação dos pais como direito enquanto a dos professores, como dever. O Artigo 3o da LDB/96 levanta os princípios acerca dos quais a educação brasileira deve se balizar e dá ênfase no que diz o inciso VIII a "gestão democrática do ensino público". Destarte, falar em gestão democrática na educação não constitui algo novo, mas representa algo a ser cultivado cotidianamente nas escolas públicas e por isso merece dedicação, estudo e reflexão a respeito dos meios e técnicas para a sua bem-sucedida implantação.

A renovação da escola reflete as mudanças ocorridas na sociedade e requerem uma postura por se dizer, renovada com relação ao método de construção de um conhecimento por parte da gestão que possibilite ter um lócus ampliado das necessidades que venham surgir, bem como ela lidará com as informações que demandam o compromisso em gerir novas formas de relacionamento, de como se engloba a percepção de mundo, de estar aberto ao novo, buscando constantemente novas formas de aprender e ensinar.

É necessário considerar que a licenciatura não possui todas as prerrogativas curriculares necessárias para a formação do gestor escolar, fazendo-se necessário observar a trajetória do gestor no sentido dos conhecimentos adquiridos em diversas realidades. Na mesma direção, podemos lançar um olhar crítico para a maneira como os gestores são nomeados ou eleitos. Os subsídios apresentados pelos sistemas de ensino limitam-se as orientações prontas oferecidas, a exemplo, as breves capacitações com uma série de elementos que consideram fundamentais para a condução das atividades relacionadas a atuação do gestor escolar, conteúdos que elencam de maneira geral: legislação, questões administrativas e financiamentos. É indispensável uma verdadeira reflexão sobre a formação do profissional responsável pelos processos formativos que ocorrem no interior das escolas. Também é imprescindível pensar uma formação que assegure os imperativos que um gestor precisa para conduzir de forma qualitativa ações e avanços em relação aos rumos da educação escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a abordagem das desigualdades na educação deve ser colocada em uma ampla esfera social e cultural, não podemos arrisco a dizer que as desigualdades de oportunidades só podem ser resolvidas a partir da escola, então relacionados

que são as condições e status social; mas pode melhorar aspectos e meios relacionados à escola para permitir que os estudantes continuem seus estudos, assim como envolver os pais nessa tarefa educacional.

A partir do desenvolvimento desta exposição surge um aspecto fundamental, a formação em Educação Familiar. Não podemos falar em incentivar a participação ativa da família na comunidade escolar, sem formação docente e pedagógica, colocando à sua disposição conhecimentos, instrumentos e estratégias que facilitem seu trabalho.

A formação de professores para a participação educacional da família, assim como a dos pedagogos, melhoraria a tarefa educacional confiada a ambas as instituições. Nessa perspectiva, o papel do professor media entre a cultura escolar e familiar. Os temores de professores superam a interferência dos pais em suas tarefas, tais como a recolha de alguns autores, e participação seria interpretado no sentido de colaboração e apoio mútuo para projetar conjuntamente o projeto comum de educar os alunos para ajudá-los a crescer e desenvolver seu projeto de vida, introduzindo estratégias para se adaptar aos desafios que enfrentam. Por outro lado, os pais se sentiriam envolvidos na carreira escolar das crianças de forma eficaz. Nesta linha, o pedagogo também tem um papel importante na concepção de programas de formação neste novo campo da educação surge como a demanda social.

Por meio de levantamento bibliográfico buscamos aqui delinear alguns elementos que permeiam a questão da educação, bem como da administração nas escolas, buscamos para tanto fazer uma breve abordagem das necessidades relacionadas educacionais. Buscamos refletir sobre como as opiniões podem ser divididas quando se trata de educação. Os pais podem ter dificuldade em descobrir a melhor maneira de lidar com o comportamento “indesejado” de seus filhos – por incompreensões remanescentes dos impulsos do senso comum. A educação deve realmente se dedicar a elaboração de estratégias para refletir acerca do vem a ser o comportamento indesejado de uma criança, mas cabe aos profissionais entenderem e propor caminhos que sejam viáveis as necessidades educacionais de cada um.

O educador deve estar atento a todo momento ao aluno, acompanhá-lo e conhecê-lo bem, para que assim se possa avaliar e mensurar quais aptidões o aluno traz das vivências em família e quais precisam ser estimuladas. Adquirir talentos para viver em sociedade o mais normal possível é tarefa árdua do educador, pois ao descobrir seus interesses o educador acessará o uso dos materiais mais adequados para a abordagem significativa do ensino.

Assim acreditamos que nossa pesquisa alcançou parcialmente os objetivos lançados. Esperamos ter deixado evidente nossa preocupação, os professores devem oportunizar o ensino por intermédio de novas práticas educativas de acordo com a necessidade de cada caso específico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394, de

20 de dezembro de 1996. Brasília, Brasil.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2006.

BORGES, André. Lições de reformas da gestão educacional: Brasil, EUA e Grã-

Bretanha. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 18(3): P.78-89, 2004.

CABRAL NETO, Antônio. Gestão descentralizada: uma análise da experiência educacional do Rio Grande do Norte. VI Seminário de Pesquisa. Universidade: o local frente ao global. CCSA/UFRN. Natal, 12 a 15 jun., 2000.

CABRAL NETO, Antônio; RODRIGUEZ, Jorge. Reformas Educacionais na América

Latina: cenários, proposições e resultados. In: CABRAL NETO, Antônio et al (Org.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro Editora, 2007. p. 13-50.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o portuguêsˀ Revista Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro, fev/abril, 1990. (p.30-50).

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 9a ed. São Paulo:

Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2004.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. Memorandum (2005). 8, abr., 20-37.

SEIXAS, R. A. A família na atualidade: adequação dos recursos terapêuticos e valores do terapeuta. Pensando Famílias. 7(9), nov, 109-120. Silva, A. A, Mayor, A. S, Almeida, T., Rodrigues, A. G., Oliveira, L. M. & Martinez, M. (2005)

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 2000